

O IMPACTO SOCOTERRITORIAL DA ECONOMIA CIRCULAR: COMUNIDADES FORNECEDORAS DE INSUMOS NATURAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Isabel Suzane Nascimento Brandao Mota
Universidade da Amazônia – UNAMA
isabelmota.unama@gmail.com

Erick Lira Correa
Universidade da Amazônia – UNAMA
erick.lira.correa@gmail.com

Eduardo Moraes Correa
Universidade da Amazônia – UNAMA
pesquisador.eduardo@gmail.com

Cyntia Meireles Martins
Universidade da Amazônia – UNAMA
cyntiamei@hotmail.com

Resumo: A economia circular (EC) tem ganhado destaque como alternativa à insustentabilidade do modelo econômico linear, com foco na regeneração de recursos e no fechamento de ciclos produtivos. Contudo, sua aplicação em contextos socioterritoriais periféricos, como as comunidades extrativistas da Amazônia brasileira, ainda é incipiente e pouco explorada academicamente. Este artigo teórico propõe um referencial analítico integrando EC, justiça socioambiental e racionalidade territorial, a fim de explorar caminhos para a valorização socioterritorial em cadeias da sociobiodiversidade. A lacuna identificada na literatura reside na ausência de perspectivas que articulem circularidade com reconhecimento dos saberes tradicionais e com estratégias locais de agregação de valor. A partir da revisão crítica da literatura, o artigo analisa como modelos circulares podem ser reconfigurados para respeitar dinâmicas sociais e ecológicas específicas, contribuindo para o protagonismo das comunidades amazônicas na transição ecológica.

Palavras-chave: economia circular; justiça socioambiental; sociobiodiversidade; Amazônia; comunidades extrativistas; valor territorial.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

10. Redução das Desigualdades.
12. Consumo e Produção Responsáveis.
13. Ação contra a mudança global do clima.
15. Vida Terrestre.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação das mudanças climáticas, a desigualdade socioeconômica e a degradação ambiental colocam em xeque os fundamentos do modelo econômico linear. Nesse cenário, a economia circular (EC) tem se consolidado como uma proposta para uma transição sistêmica, ao buscar regenerar recursos, reduzir desperdícios e realocar valor nos ciclos produtivos (Geissdoerfer et al., 2017).

Contudo, a EC tem sido predominantemente aplicada em contextos industriais e urbanos, com ênfase em eficiências tecnológicas e operacionais. Esse viés tecnocrático pouco dialoga com os desafios de regiões periféricas do Sul Global, onde a organização econômica se estrutura em torno de vínculos comunitários, territorialidade e saberes tradicionais (Leff, 2006; Santos, 2007).

Na Amazônia brasileira, especialmente no estado do Pará, diversas comunidades fornecedoras de insumos naturais — como sementes, óleos vegetais e extratos florestais — sustentam cadeias produtivas de alcance nacional e internacional. Apesar de seu papel ecológico e econômico estratégico, essas comunidades ocupam posições subordinadas na cadeia de valor, com baixa remuneração, limitada autonomia e restrito acesso aos benefícios da circularidade.

Nesse contexto, a principal lacuna identificada na literatura é a ausência de abordagens que articulem a EC com estratégias de valorização socioterritorial, especialmente voltadas à realidade de comunidades extrativistas da sociobiodiversidade. A literatura dominante foca em fluxos de materiais, logística reversa e inovação industrial (Adams et al., 2017; Falsafi & Fornasiero, 2022), sem considerar a circularidade como processo político, social e epistêmico.

Diante disso, este artigo propõe um referencial teórico para pensar a EC desde o território amazônico, orientado pela justiça socioambiental, pela valorização dos saberes locais e por mecanismos de apropriação de valor por parte das populações tradicionais. Trata-se de contribuir com um redirecionamento crítico do paradigma circular, deslocando-o de uma ênfase técnica para um horizonte emancipatório.

Objetivo geral

Propor um referencial teórico que articule economia circular, justiça socioambiental e racionalidade territorial, como base para estratégias de agregação de valor socioterritorial em comunidades fornecedoras de insumos naturais na Amazônia Paraense.

Objetivos específicos:

- Analisar as condições socioinstitucionais que limitam ou viabilizam a apropriação de valor pelas comunidades extrativistas;
- Identificar mecanismos circulares adequados às especificidades amazônicas, como beneficiamento local, certificações participativas e governança territorial;
- Sistematizar contribuições teóricas que permitam reinterpretar a economia circular como processo socialmente enraizado e ambientalmente situado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Autores como Geissdoerfer et al. (2017) conceituam a EC como um modelo regenerativo que visa substituir a lógica linear de produção. Entretanto, a maioria dos estudos permanece centrada na eficiência técnico-industrial, ignorando os aspectos sociais e políticos envolvidos nos ciclos produtivos. A circularidade, nesse sentido, precisa ser ressignificada como um processo multiescalar, territorial e culturalmente situado.

Ademais, o reconhecimento cultural não pode ser reduzido à inclusão simbólica. Ele precisa se refletir em políticas públicas que assegurem o direito à autodeterminação, à gestão territorial e à permanência dos modos de vida tradicionais. A circularidade emancipadora depende de marcos institucionais que reconheçam a pluralidade de visões de mundo, possibilitando que os territórios amazônicos sejam produtores de soluções e não apenas alvos de intervenção.

2.1 Economia Circular: Limites e Possibilidades

Autores como Geissdoerfer et al. (2017) conceituam a EC como um modelo regenerativo que visa substituir a lógica linear de produção. Entretanto, a maioria dos estudos permanece centrada na eficiência técnico-industrial, ignorando os aspectos sociais e políticos envolvidos nos ciclos produtivos. A circularidade, nesse sentido, precisa ser ressignificada como um processo multiescalar, territorial e culturalmente situado.

Além disso, é importante destacar que a economia circular, apesar de amplamente difundida, ainda carece de mecanismos que considerem o tempo ecológico e os ritmos sociais das comunidades tradicionais. A imposição de métricas industriais em territórios como a Amazônia desconsidera os ciclos naturais e os sistemas de reciprocidade que regem a produção local. Esse descompasso entre lógica produtiva e dinâmica territorial é um dos principais entraves para a aplicação eficaz da EC em contextos periféricos.

Ademais, o reconhecimento cultural não pode ser reduzido à inclusão simbólica. Ele precisa se refletir em políticas públicas que assegurem o direito à autodeterminação, à gestão territorial e à permanência dos modos de vida tradicionais. A circularidade emancipadora depende de marcos institucionais que reconheçam a pluralidade de visões de mundo, possibilitando que os territórios amazônicos sejam produtores de soluções e não apenas alvos de intervenção.

2.2 Justiça Socioambiental e Representação Territorial

Nesse sentido, a racionalidade ambiental proposta por Leff (2006) e a ecologia de saberes de Santos (2007) abrem caminho para práticas epistêmicas plurais que legitimam o conhecimento local como vetor de transformação. O protagonismo dos povos tradicionais não se dá apenas no plano produtivo, mas também no plano epistêmico, ao oferecer visões de mundo alternativas à modernidade capitalista.

Fraser (2003) propõe uma concepção ampliada de justiça, que articula redistribuição econômica, reconhecimento cultural e participação política. Essa perspectiva é particularmente relevante para contextos amazônicos, onde comunidades extrativistas têm seus modos de vida sistematicamente invisibilizados. Uma abordagem circular ancorada na justiça precisa garantir

meios para que esses grupos não sejam apenas inseridos nas cadeias, mas protagonizem sua governança.

A valorização do território passa também pela articulação entre políticas públicas e instrumentos econômicos que assegurem o escoamento da produção, a certificação dos produtos e o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização. O território, nesse contexto, deixa de ser apenas um espaço de extração e se converte em um agente ativo da sustentabilidade.

2.3 Racionalidade Ambiental e Epistemologias do Sul

A rationalidade ambiental, conforme proposta por Leff (2006), assume ainda maior relevância quando articulada às epistemologias do Sul, pois ambas questionam a hegemonia do pensamento moderno ocidental e defendem a valorização de saberes ancestrais e situados. Nesse sentido, Escobar (2005) e Santos (2007) convergem ao defender uma ciência pós-abissal que não apenas reconhece, mas integra os conhecimentos locais e tradicionais como fundamentos legítimos de produção de sentido e de alternativas ao desenvolvimento. A Amazônia, enquanto território plural, representa um espaço de enraizamento dessas epistemologias, onde a natureza é concebida não como recurso a ser explorado, mas como parte de uma rede relacional que sustenta a vida. O reconhecimento dessa rationalidade implica em construir políticas públicas que respeitem os tempos territoriais, as cosmologias indígenas e ribeirinhas e os sistemas produtivos locais baseados na reciprocidade e no bem viver.

Leff (2006) argumenta que a sustentabilidade deve ser construída a partir da diversidade de saberes e da rationalidade ambiental dos povos tradicionais. Complementarmente, Santos (2007) propõe a ecologia de saberes como fundamento de uma ciência pós-abissal. Essas contribuições deslocam o foco da EC de um paradigma técnico para um projeto sociocultural ancorado no território.

2.4 Valor Territorial e Sociobiodiversidade

As cadeias produtivas da sociobiodiversidade, longe de serem apenas alternativas econômicas, constituem expressões de resistência cultural, de pertencimento territorial e de reorganização política das populações tradicionais frente às dinâmicas do mercado e às imposições dos modelos desenvolvimentistas convencionais. Elas representam estratégias de reterritorialização que combinam o uso sustentável dos recursos naturais com formas coletivas de gestão, produção e comercialização ancoradas em valores comunitários.

Segundo Coutinho et al. (2023) e o estudo de caso sobre a Resex Lago do Cuniã, as iniciativas de manejo sustentável de espécies nativas como os crocodilianos demonstram que é possível aliar conservação ambiental, geração de renda e protagonismo comunitário. Tais experiências evidenciam que a sustentabilidade não se realiza apenas por critérios técnicos, mas por meio da valorização dos sujeitos históricos, dos saberes locais e das formas autônomas de governança dos territórios.

A governança territorial, nesse contexto, deve ser entendida como um arranjo institucional plural que articula políticas públicas, inovação social e mecanismos de agregação de valor, respeitando os tempos e ritmos ecológicos dos territórios. A integração entre práticas produtivas tradicionais, tecnologias sociais e circuitos econômicos alternativos é fundamental

para fortalecer os elos locais de valor, ampliar a autonomia das comunidades e assegurar a repartição justa dos benefícios derivados da biodiversidade.

Destaca-se, ainda, o papel central das mulheres agroextrativistas na construção dessas cadeias, como evidenciado no estudo do Médio Juruá (2021). Essas mulheres atuam como lideranças políticas, gestoras de empreendimentos e guardiãs de saberes produtivos, rompendo com padrões de invisibilidade histórica e promovendo inovações socioprodutivas relevantes. Sua presença reforça a importância da interseccionalidade de gênero nas políticas de valorização territorial, especialmente em contextos amazônicos marcados por desigualdades estruturais.

A valorização da sociobiodiversidade passa, portanto, pela criação de políticas públicas diferenciadas que reconheçam a diversidade sociocultural dos territórios, incentivem o beneficiamento local, promovam a educação contextualizada e protejam os direitos coletivos sobre os recursos naturais. Isso implica ir além da simples inserção dos produtos da floresta em mercados convencionais, exigindo o fortalecimento de economias territorializadas e de sistemas de produção baseados na reciprocidade, no bem viver e na coevolução entre sociedade e natureza.

A literatura recente sobre cadeias da sociobiodiversidade destaca o papel de estratégias como certificações participativas, beneficiamento comunitário, acesso a mercados éticos e parcerias solidárias como formas de reter valor no território e romper com a lógica da dependência externa (Barraza et al., 2022; Cimprich et al., 2023). Tais mecanismos devem ser compreendidos não como meras adaptações setoriais ou técnicas de mercado, mas como estruturas circulares e políticas de reconhecimento que materializam a justiça socioambiental e a autodeterminação dos povos tradicionais.

Nesse sentido, valor territorial e economia circular não são conceitos dissociados, mas profundamente interdependentes. A circularidade situada, ancorada no território e em seus sujeitos, oferece uma alternativa crítica à abordagem tecnocrática da economia circular dominante, abrindo espaço para a emergência de novos paradigmas de desenvolvimento baseados na solidariedade, diversidade e sustentabilidade ecológica.

QUADRO 1 – SÍNTESE DO REFERENCIAL TEÓRICO

Autor(es)	Ano	Contribuição	Categoria Central
Geissdoerfer et al.	2017	EC como paradigma sistêmico regenerativo	Economia Circular
Fraser, Nancy	2003	Justiça redistributiva, reconhecimento e voz	Justiça Socioambiental

Autor(es)	Ano	Contribuição	Categoria Central
Leff, Enrique	2006	Racionalidade ambiental e crítica tecnocrática	Epistemologias Ambientais
Santos, Boaventura	2007	Ecologia de saberes e crítica à ciência ocidental	Epistemologias do Sul
Saha et al.	2025	Inclusão social via critérios TBL	Governança inclusiva
Barraza et al.	2022	Logística descentralizada e valor local	Valor Territorial / Sociobiodiversidade
Cimprich et al.	2023	Circularidade em matérias-primas críticas	Cadeias circulares descentralizadas

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Geissdoerfer et al. (2017), Fraser (2003), Leff (2006), Santos (2007), Saha et al. (2025), Barraza et al. (2022) e Cimprich et al. (2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo adota uma abordagem teórico-analítica de natureza qualitativa, fundamentada em uma revisão crítica e integrativa da literatura. O objetivo foi identificar contribuições conceituais capazes de sustentar um referencial que articule economia circular, justiça socioambiental e racionalidade territorial, com foco em contextos socioterritoriais periféricos, especialmente na Amazônia brasileira.

A busca bibliográfica foi realizada na base Scopus. Inicialmente, foram identificados 75 artigos a partir de combinações de descritores como circular economy, territorial justice, traditional knowledge, Amazon, biodiversity chains e social inclusion. Após análise dos títulos, resumos e palavras-chave, constatou-se que apenas 7 artigos apresentavam aderência direta à problemática investigada, por abordarem efetivamente os vínculos entre economia circular e contextos territoriais tradicionais ou extrativistas.

A partir dessa filtragem, a análise concentrou-se na articulação de três campos teóricos centrais:

1. **Economia Circular**, com foco em suas abordagens sistêmicas e nos limites das interpretações predominantemente tecnocráticas (Geissdoerfer et al., 2017; Falsafi & Fornasiero, 2022);
2. **Justiça socioambiental**, a partir da perspectiva tridimensional proposta por Fraser (2003), que compreende redistribuição, reconhecimento e representação;

3. **Racionalidade ambiental e epistemologias do Sul**, conforme os aportes de Leff (2006) e Santos (2007), que destacam a centralidade dos saberes locais e criticam a colonialidade do conhecimento nas políticas de sustentabilidade.

A seleção final dos autores e obras foi guiada por critérios de relevância teórica, atualidade e afinidade com o objetivo de compreender como a EC pode ser territorializada em favor de comunidades tradicionais. A análise teve como foco a identificação de convergências conceituais e de categorias emergentes capazes de embasar um modelo crítico de circularidade socioterritorial.

Este trabalho não possui aplicação empírica direta, mas tem como finalidade oferecer conhecimento teóricos para futuras pesquisas de campo, formulação de políticas públicas, o desenho de arranjos produtivos locais e a construção de estratégias participativas voltadas à valorização da sociobiodiversidade.

Além disso, este estudo adota uma epistemologia crítica e fundamentada nas Epistemologias do Sul (Santos, 2007) e na rationalidade ambiental. Parte-se da premissa de que os saberes tradicionais, oriundos das práticas comunitárias e das relações histórico-territoriais dos povos amazônicos, configuram formas legítimas e potentes de produção de conhecimento. Essa postura epistemológica busca romper com a exclusividade dos referenciais tecnocráticos e urbanos que dominam as abordagens convencionais da economia circular, propondo, que em seu lugar, haja um diálogo plural de saberes que valorize a diversidade epistêmica. Assim, a proposta analítica aqui delineada objetiva não apenas compreender a realidade socioterritorial, mas construir sentidos e caminhos para uma circularidade enraizada nos territórios e nos sujeitos que os habitam.

4 CONCLUSÃO

Este artigo propôs uma inflexão analítica no campo da economia circular, ao integrar dimensões de justiça, territorialidade e saberes tradicionais como fundamentos de uma EC situada e emancipadora. Argumenta-se que o avanço da circularidade na Amazônia não depende exclusivamente de tecnologias, mas de pactos institucionais que reconheçam os povos da floresta como sujeitos políticos e epistêmicos de seus próprios processos produtivos.

A principal contribuição teórica do trabalho reside na articulação entre EC e justiça territorial, apontando caminhos para futuras investigações empíricas. Estudos de caso, etnografias econômicas e análises de políticas públicas poderão operacionalizar este referencial em contextos amazônicos concretos.

De forma científica, o artigo contribui com uma nova visão no que diz respeito ao viés conceitual de Economia circular, mostrando uma perspectiva evoluída para área da pesquisa no âmbito trabalhado no estudo apresentado. No eixo social nota-se o impacto positivo no que tange as alternativas para a valorização socioterritorial em cadeias da sociobiodiversidade. No ponto de vista organizacional, o estudo auxilia na reformulação de modelos de justiça social para as instituições, promovendo a rationalidade territorial.

5 REFERÊNCIAS

- ADAMS., K. T. et al. Circular economy in construction: current awareness, challenges and enablers. *Proceedings of the Institution of Civil Engineers - Waste and Resource Management*, v. 170, n. 1, p. 15–24, (2017).
- ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGROEXTRATIVISTAS DO MÉDIO JURUÁ; MESSINA, N.; SOUZA, R. A.; et al. As mulheres agroextrativistas e as cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica: um estudo de caso sobre o Território Médio Juruá, Carauari – Amazonas. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 1, p. 1–8, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- BARRAZA., R.; SEPÚLVEDA., J. M.; DERPICH., I. Location of the intermediate echelon to add purchase value and sustainability criteria in a mining supply network. *Sustainability*, v. 14, n. 19, p. (1292)0, 2022.
- CIMPRICH., A. et al. The role of industrial actors in the circular economy for critical raw materials: a framework with case studies across a range of industries. *Mineral Economics*, v. 36, p. 301–319, (2023).
- COUTINHO, M. E.; RAN/ICMBio; NGI Cuniã-Jacundá. Projeto de conservação de crocodilianos na Resex Lago do Cuniã: manejo sustentável e protagonismo comunitário. ICMBio, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- FALSAFI., M.; FORNASIERO., R. Explorative multiple-case research on the scrap-based steel slag value chain: opportunities for circular economy. *Sustainability*, v. 14, n. 4, p. (2284), 2022.
- FRASER., N. Justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. In SANTOS., B. de S. (Org.) *Globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, (2003). p. 237–263.
- GEISSDOERFER., M. et al. The circular economy – A new sustainability paradigm? *Journal of Cleaner Production*, v. 143, p. 757–768, (2017).
- LEFF., E. *Racionalidade ambiental: a reinvenção da ciência e a construção de um novo paradigma*. 3. ed. São Paulo: Cortez, (2006).
- SAHA., S. S. et al. Sustainable supplier selection in the textile industry using triple bottom line and SWARA.-TOPSIS. approaches. *Discover Sustainability*, v. 6, p. 344, (2025).
- SANTOS., B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP.*, n. 79, p. 71–94, nov. (2007).